

## LETRAMENTO RACIAL

Aos 20 anos da lei que tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas, **Correio** entrevista especialista responsável pela capacitação de professores do DF no tema

# Formação antirracista para PROFESSORES

» PRISCILA CRISPI

**N**este ano, o Brasil comemora 20 anos da aprovação da Lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de temáticas relacionadas à história e cultura afro-brasileira, em todas as escolas do país, inaugurando o chamado letramento racial nas diretrizes e bases da educação nacional. A regulamentação possibilitou que todas as crianças brasileiras pudessem estudar, pela primeira vez, a história da África, a luta dos povos negros no Brasil e sua importância na formação social, cultural, econômica e política do país. A medida trouxe muitos avanços, porém houve resistências e, após duas décadas, segue pouco implementada.

É o que conta ao **Correio** Renata Nogueira da Silva, doutora em antropologia social pela Universidade de Brasília (UnB) e responsável pela formação de professores sobre conhecimentos afro-indígenas da Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação do Governo do Distrito Federal, a EAPE. A educadora conduz, desde 2022, dois cursos por ano, quando conversa com professores da rede sobre filosofia, arte e história de povos africanos e indígenas. Em sua visão, há uma lacuna desses conhecimentos na formação oferecida aos professores pelas universidades e ao longo da trajetória profissional, mas a principal barreira para que o tema ganhe seu devido lugar em currículos e corações é mesmo o racismo.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Renata da Silva coordena as atividades do curso de conhecimentos afro e indígena da EAPE

**Professora, atualmente, como funcionam as formações racial que são oferecidas pela Secretaria de Educação do DF para os professores que querem se capacitar no tema?**

Essa é uma política que vem sendo implementada pelo DF, por meio da EAPE, há muitos anos e foi coordenada por diferentes colegas, no passado. Desde que passei a coordenar os cursos, com o professor Marcelo José, temos duas turmas por ano, uma por semestre. São cursos com carga horária de 90 horas, híbridos, que acontecem em um ambiente virtual e com atividades presenciais. No primeiro semestre deste ano, foquei a formação na apresentação de autores africanos que pudessem povoar o imaginário dos professores com outros referenciais deste continente, desmistificar seu olhar sobre esses povos, para que eles pudessem levar isso, depois, para a sala de aula — outras imagens da África para além da miséria e exploração, imagens de uma África que produz ciência, cultura, riqueza. Tudo isso é sempre contextualizado, ressaltando que este conhecimento ganha contornos brasileiros. Não falamos de uma África pura, mas daquilo que nos orientou como formação do povo brasileiro. Seguindo a ideia de apresentar intelectuais de outros universos, trouxe também autores indígenas. Mostrei quadrinhos, rap, música sertaneja, tudo feito por pessoas indígenas, para divulgar essa produção artística e acadêmica plural. No segundo semestre, o curso focou na produção de